

## **A atualidade da Economia Feminista frente ao Neoliberalismo | Marilane Teixeira**

Em qualquer configuração histórica em que se analisam as relações econômicas e sociais essas somente se efetivam por meio da articulação de duas dimensões: a produção econômica e a reprodução social. A produção econômica entendida como a esfera do mercado, de produção de bens e serviços com valor monetário, e a reprodução social, como sendo o espaço em que se realiza todo o trabalho de reprodução da vida humana. É na função específica do trabalho reprodutivo<sup>1</sup>, visto como principal atribuição das mulheres, que encontramos a origem da divisão sexual do trabalho<sup>2</sup> presente em todas as sociedades.

O pensamento econômico que se constituiu em paralelo ao desenvolvimento do capitalismo oculta a interação entre o processo de produção e o processo de reprodução social que se forma no interior do sistema. Ao excluir da análise a dimensão reprodutiva e valorizar unicamente a esfera do mercado como o espaço privilegiado para a realização do processo de acumulação, o sistema relega as mulheres à dimensão privada e remove qualquer evidência de reconhecimento social do seu trabalho produtivo.

A separação imposta pelo sistema entre o público e o privado sancionará o lugar das mulheres não somente no espaço produtivo, mas em todas as demais dimensões da sociedade. Essa falta de reconhecimento se aprofundaria com a hegemonia da teoria neoclássica que segue com forte influência até os dias atuais. Ao deslocar o conceito de valor-trabalho dos clássicos para um conceito de escassez, a teoria consolidou a separação entre as duas esferas e afastou o domínio privado de reprodução social do processo de produção e acumulação.

---

<sup>1</sup> O trabalho reprodutivo pode ser desagregado em três componentes: 1) reprodução biológica que se refere à procriação e aos cuidados das crianças; 2) reprodução da força de trabalho que está associada à manutenção cotidiana da força de trabalho, à educação, às técnicas de produção, à socialização e à ideologia do trabalho; e 3) reprodução social que implica a transmissão e o acesso ao controle de recursos econômicos de uma geração para outra mediante instituições, especialmente as famílias.

<sup>2</sup> Na sociologia há duas abordagens sobre a divisão sexual do trabalho. A primeira se refere a uma conceitualização em termos de “vínculo social” em que prevalece a ideia de complementaridade entre os sexos, de conciliação dos papéis em que o aspecto vínculo social, integração social, é claro. A segunda se refere a uma conceitualização em termos de “relação social”, trata-se de uma teoria geral das relações sociais. Para esta última, a divisão sexual do trabalho é considerada como um aspecto da divisão social do trabalho, em que o trabalho masculino tem sempre um valor superior ao trabalho feminino (Hirata, 2010:2).

Apesar de bastante consolidada e ainda dominante, essa concepção vem sendo confrontada com diferentes tipos de críticas ao longo das últimas décadas. Mas é com os instrumentais de análise marxista que a crítica feminista será mais bem fundamentada, fornecendo as bases para uma compreensão do papel econômico das mulheres no esquema geral de produção econômica e reprodução social.

Embora presente desde os anos de 1980 essa abordagem a partir da economia feminista ganhou relevância no Brasil somente nas duas últimas décadas e por iniciativa do movimento feminista organizado que, ao elaborar uma crítica às teses neoliberais e apontar as insuficiências da economia tradicional para indicar soluções aos dilemas de uma sociedade cindida por desigualdades seculares, buscou nessa literatura novos aportes teóricos e metodológicos para repensar uma nova economia, a exemplo do trabalho pioneiro da Sempre Viva Organização Feminista<sup>3</sup>.

### **A construção e consolidação da Economia Feminista**

A insatisfação das economistas com a economia dominante se desenvolve a partir do reconhecimento de sua estreiteza ao focar em métodos matemáticos e econométricos fenômenos repletos de conexões e relações de dominação e, com isso, enfraquecendo sua capacidade de explicar os fenômenos do mundo real. Os primeiros ensaios das economistas foram reunidos em um volume de 1993 intitulado: *Teoria feminista e economia* (FERBER; NELSON, 1993). Neste volume, as autoras propõem que a economia passe a ser definida por uma preocupação com a sustentabilidade da vida em todas as esferas em que se realiza e não unicamente pelo mercado.

A publicação de uma série de livros e artigos entre os anos de 1980 permitiu que a economia feminista se constituísse em um campo teórico organizado no início da década de 1990. A economia feminista incorpora trabalhos sobre uma série de assuntos, incluindo tópicos em microeconomia, macroeconomia, história, filosofia e outras áreas, tais como trabalho, família e cuidados. Desenvolve análises sobre papéis de gênero nos mercados de trabalho e nas famílias. Apresenta estudos sobre a força de trabalho remunerada, a discriminação no mercado de trabalho e as origens da segregação ocupacional. Produz estudos sobre o trabalho não remunerado realizado na esfera familiar com a finalidade de obter medidas quantitativas desse trabalho e aumentar a atenção ao trabalho doméstico e para a formulação de políticas públicas.

---

<sup>3</sup> <https://www.sof.org.br/>

A economia feminista irá se colocar como uma contraposição à economia dominante, ao propor que o objeto seja definido antes do método e que o próprio objeto seja redefinido, substituindo a racionalidade econômica pelo que é necessário para a sustentabilidade da vida humana, enfatizando o processo social e as interações sociais e as relações que daí surgem. Ou seja, os resultados materiais são consequência da divisão social entre todos os seus membros e não da maximização dos resultados alcançados pela ação de indivíduos racionais em busca de utilidades como preconizam os neoclássicos.

Neste sentido, a economia feminista procura abarcar todos os campos de estudo da economia e se coloca o desafio de enfrentar algumas questões centrais que representem práticas científicas e que incorporem preocupações como o tema da igualdade salarial no mercado de trabalho, as diversas formas de trabalho, a distribuição do trabalho reprodutivo, medidas que ajudem a medir o trabalho doméstico não remunerado, as discriminações que as mulheres enfrentam em estruturas ocupacionais e setoriais segmentadas, questões desprezadas pela economia predominante. Esse é um dos propósitos da economia feminista: revelar esses efeitos perversos e essas relações desiguais de poder e desmistificar a neutralidade da economia tradicional.

Além disso, ela também se propõe a desenvolver novas perspectivas e novas formas de ver o mundo social e econômico que permitam tornar visível o que tradicionalmente a economia predominante não revela.

O enfoque marxista, ao incorporar uma visão de luta de classes, exploração, desigualdade como visão sistêmica do capitalismo e a força do mercado a gerar hierarquias sociais e desigualdades de classe, é mais propício para responder aos questionamentos propostos pelo feminismo. Também, por tratar-se de um enfoque mais aberto à interdisciplinaridade e mais adequado para a análise das relações sociais e desigualdades de poder entre mulheres e homens. Por isso, uma parte do feminismo, em uma abordagem crítica, adotou a perspectiva de análise marxista para o debate sobre os principais dilemas de nossas sociedades, como a pobreza e a desigualdade, entre elas algumas economistas feministas.

Portanto, o campo dos debates feministas marxistas/socialistas vai se desenvolver com uma contribuição decisiva sobre as relações sociais de sexo e o entendimento do trabalho como estruturador das relações sociais. Nesta elaboração, os trabalhos desenvolvidos e

inspirados por Danièle Kergoat e Helena Hirata têm papel primordial, com a centralidade do trabalho e a compreensão da divisão sexual do trabalho na construção das relações sociais entre mulheres e homens. E, ao mesmo tempo, com a abordagem que denominou de “consustancialidade das relações sociais”, imbricando as relações sociais de sexo, de classe e de raça (KERGOAT, 2009 e 2014), a elaboração feminista nesta área buscará responder aos novos desafios teóricos a partir dos anos 1990, trazidos, em grande parte, mas não apenas, pela exigência de abordar as relações raciais e responder aos debates relacionados à orientação sexual (HIRATA, 2017).

Nesse sentido, o surgimento e o desenvolvimento da economia feminista ocorrem em contraposição à economia predominante, identificando as limitações teóricas e epistemológicas desta corrente para responder aos principais desafios da sociedade. Ao contestar os modelos preconizados pelos neoclássicos, estas economistas se propõem a um novo enfoque que integre a dinâmica da economia e o trabalho de reprodução como parte de um único sistema. Destaca-se, nessa abordagem, aquela que coloca no centro a sustentabilidade da vida humana.

Ao centrar-se na sustentabilidade da vida humana, se constitui em um instrumento valioso de análise que permite uma crítica global ao sistema capitalista e à economia de mercado e, por isso, foi mais rapidamente incorporada pelos movimentos feministas que questionam o liberalismo econômico e a globalização.

A economia dominante ao excluir da análise a dimensão reprodutiva e valorizar unicamente a esfera do mercado como o espaço privilegiado para a realização do processo de acumulação, relega as mulheres à dimensão privada e remove qualquer evidência de reconhecimento social do seu trabalho produtivo.

Os efeitos de tornar invisível o trabalho doméstico e de cuidados e de transferir para as mulheres os custos de reprodução são vistos pela forma como as mulheres se inserem no mundo produtivo e a necessidade de desenvolver estratégias que permitem sobreviver nestas duas esferas. As mulheres são forçadas a ingressar no mercado de trabalho em piores condições e aceitar ocupações que pagam menos. As tentativas de naturalizar essas relações aparecem nos paradigmas neoclássicos e uma contraposição a estas abordagens ganham visibilidade entre as feministas marxistas e mais tarde entre as economistas feministas.

Essa abordagem ganhou relevância no Brasil somente nas duas últimas décadas e por iniciativa do movimento feminista organizado que, ao elaborar uma crítica às teses neoliberais e apontar as insuficiências da economia tradicional para indicar soluções aos dilemas de uma sociedade cindida por desigualdades seculares, buscou nessa literatura novos aportes teóricos e metodológicos para repensar uma nova economia.

A teoria feminista e a crítica às práticas dominantes na economia constituem as grandes inspirações para o desenvolvimento da economia feminista. No entanto, esse campo de análise é muito recente<sup>4</sup> e vem crescendo muito lentamente no interior da Teoria Econômica. As primeiras discussões públicas organizadas com a introdução do tema no debate econômico surgiram nos Estados Unidos, no final dos anos de 1980 com o surgimento da Associação Internacional para Economia Feminista (IAFFE).<sup>5</sup>

Mesmo considerando que as demais escolas econômicas negligenciaram a perspectiva de gênero em suas teorias, partimos da crítica à escola neoclássica porque é ela que orienta as políticas econômicas predominantes e sustenta todo o ideário neoliberal que se encontra na raiz das desigualdades sociais e econômicas. Seus pressupostos estão orientados por uma nítida divisão social e sexual do trabalho e suas formulações expressam o lugar das mulheres na atividade econômica, como reprodutoras da força de trabalho.

Portanto, o que torna diferente a economia feminista da economia predominante e das demais escolas econômicas é o persistente questionamento da dimensão básica de gênero, seja por meio de fenômenos particulares ou de implicações de gênero a partir de decisões de caráter macroeconômico, dimensão esta esquecida ou ignorada pelas demais escolas de pensamento econômico.

O uso das categorias “gênero” e “patriarcado” – conceitos construídos nos anos de 1970 e fundamentais para o feminismo – se generaliza entre as economistas feministas. O conceito de “gênero” será particularmente importante para os estudos sobre o trabalho.

---

<sup>4</sup> Há uma defasagem entre o desenvolvimento da economia feminista e as demais escolas feministas em outras disciplinas. Nos anos de 1970 e 1980 as outras disciplinas já avançavam em seus estudos, enquanto na economia praticamente inexistiam pesquisas nessa direção.

<sup>5</sup> Nos Estados Unidos, as primeiras discussões públicas organizadas sobre “economia feminista” ocorreram em encontros da Associação Econômica do Sul e Associação Econômica Americana, em 1989. Isso resultou, em 1992, no surgimento da Associação Internacional para Economia Feminista (IAFFE). A revista *Feminist Economics*, que já se encontra em sua 19ª edição, foi criada em 1993.

De acordo com Carrasco (2006), neste processo de construção da economia feminista, dois eixos básicos de pensamento orientaram o desenvolvimento da pesquisa: o eixo que se denomina *economia e gênero* e o eixo designado *economia feminista*. Trata-se de linhas de pensamento que se expressam nas elaborações criadas a partir da teoria feminista.

A economia é fortemente dominada por um paradigma altamente conservador e pró-capitalista. Com a hegemonia neoclássica tornou-se extremamente difícil conseguir respostas para as questões feministas. A economia neoclássica foca as relações de troca e exclui as atividades não monetárias, ignorando o comportamento econômico das mulheres. A economia neoclássica simplifica e estereotipa a natureza da vida das mulheres, as relações sociais e as motivações econômicas. Neste sentido, as mulheres tendem a ser vistas como esposas e mães, membros de uma família nuclear onde são economicamente dependentes de um provedor masculino. E a família é vista como uma entidade harmoniosa. A prevalência do padrão neoclássico de uma estrutura de mercado competitivo perfeito serve para ofuscar a natureza dos problemas das mulheres no mercado de trabalho.

Finalmente, os indivíduos são assumidos como homens e o ponto de vista masculino é o único considerado, e as mulheres são vistas como objeto de estudo por meio de seus papéis como donas de casa e esposas.

Para Sen, desde a década de 1970, vem se desenvolvendo uma crítica abrangente a um dos principais princípios da teoria econômica tradicional: o pressuposto de que os agentes se orientam apenas pela busca de autointeresse. O autor afirma que “*a natureza da economia moderna foi substancialmente empobrecida pelo distanciamento crescente entre economia e ética*”. (SEN, 1999:23)

Por isso as economistas feministas se deparam com uma difícil tarefa, que é ao mesmo tempo intelectual e política, mas também tensionada com o perigo da censura acadêmica, o ostracismo universitário e o falecimento profissional. Dadas as condições adversas apresentadas pela natureza metodológica e pela construção ideológica da disciplina, a crítica feminista à economia e o surgimento de uma economia feminista ainda estão em processo de construção. Isso, inicialmente, assume forma nas tentativas de integrar uma análise de gênero e a contribuição econômica das mulheres dentro de paradigmas existentes. Mas tais tentativas levaram à percepção de que “encaixar (as mulheres) na análise existente não funciona” (COHEN, 1982:99).

### **A economia feminista de ruptura**

O centro de análise da economia feminista de ruptura situa-se na sustentabilidade humana; é com essa abordagem que nos identificamos nos estudos econômicos. Para essa abordagem, não é suficiente integrar uma nova esfera de atividade econômica como a casa, o trabalho doméstico e a reprodução, conforme propostas da análise da economia feminista de conciliação, uma vez que as análises continuarão a privilegiar o que ocorre no mercado, e as esferas consideradas não econômicas continuarão sendo analisadas de forma derivada e, portanto, secundarizadas (HIMMELWEIT, 1995).

Segundo Orozco (2005), produção e reprodução não têm o mesmo valor analítico, uma vez que, a produção e os mercados não possuem valor em si mesmos, mas à medida que colaboram ou impedem a manutenção da vida, que é a categoria central de análise.

A adoção do conceito de sustentabilidade da vida como categoria primária de análise não significa uma definição fechada e estática da economia, mas a procura de abrir um espaço ao conjunto de relações sociais que garantem a satisfação das necessidades das pessoas e que estão permanentemente em transformação (POWER, 2004). Esse enfoque renuncia à busca de um sujeito unitário com uma experiência e interesses comuns que definem a mulher no mundo, reconhece a diferença e as relações de poder que se estabelecem entre as próprias mulheres.

Para Carrasco, as necessidades humanas não se resumem aos bens e serviços, mas também aos afetos e às relações (2001:14). Isso significa que os valores tradicionalmente associados às mulheres como o cuidado, e que sempre estiveram na periferia das análises econômicas, devem ser revalorizados e reconhecidos. Desse ponto de vista, a noção de trabalho utilizada para delimitar o trabalho realizado no mercado necessita ser ampliada para incorporar todas as atividades que entram na formação de parte do processo de sustentabilidade da vida humana.

Portanto, identifica-se na formulação que propõe medidas de igualdade de oportunidades uma aproximação da economia de gênero, em que se reforçam os parâmetros definidos a partir do masculino e do mercado como o ideal a ser alcançado. Entre as feministas adeptas das políticas de conciliação entre trabalho e família, encontramos a segunda definição, cujas políticas de conciliação podem ser identificadas, nos países desenvolvidos, por meio das políticas de trabalho em tempo parcial; e, nos países em desenvolvimento, pela utilização do emprego doméstico. Em ambas as teorias,

a resolução entre casa e trabalho é responsabilidade das mulheres. A primeira não propõe soluções para o trabalho doméstico, reforçando a dupla jornada, e, na segunda, as soluções aprofundam a precarização do trabalho. Sendo assim, somente modificando-se a lógica mercantil que domina o sistema econômico, como sugerido pela economia feminista de ruptura, é que se terá formas alternativas de se ver o mundo.

A proposta da economia feminista é repensar o pensamento econômico com o objetivo de melhorar as condições econômicas das mulheres, a teoria econômica e as políticas em que nela se fundamentam. O principal argumento que sustenta esse objetivo é que a maior parte das bases e recomendações de políticas econômicas está fora de lugar e de tempo, tais políticas são produto de uma determinada época em que foram concebidas e desenvolvidas, e do sexismo presente em nossas sociedades. A economia é considerada como algo distante das lutas sociais e políticas e, especialmente, do movimento feminista.

As contribuições da economia feminista para a teoria econômica, assim como para outras disciplinas, têm quatro componentes fundamentais: i) dar visibilidade às mulheres como sujeitos, legitimando suas experiências e perspectivas; ii) reconhecer e entender as desigualdades entre mulheres e homens; iii) modificar a teoria, a metodologia e as práticas da disciplina econômica; e iv) desenvolver um método que inclua todas as pessoas.

Nesse sentido, a economia feminista, com foco na sustentabilidade da vida humana, se constitui em um instrumento valioso de análise que permite uma crítica global ao sistema capitalista e à economia de mercado e, por isso, foi mais rapidamente incorporada pelos movimentos feministas que questionam o liberalismo econômico e a globalização. A sua influência pode ser constatada nas ações da Marcha Mundial das Mulheres no Brasil e em organizações feministas como a Sempre Viva Organização Feminista - SOF que vêm desenvolvendo suas estratégias a partir de uma perspectiva que coloca no centro a vida humana em contraposição ao mercado, valorizando o trabalho reprodutivo realizado pelas mulheres e denunciando o paradigma dominante que desconsidera as desigualdades entre os sexos como consequência da divisão sexual do trabalho.

A partir dessa perspectiva várias iniciativas importantes merecem destaque, a exemplo do enfoque da economia solidária, do trabalho no campo e a presença significativa das mulheres na agricultura familiar, o significado do enorme contingente de mulheres envolvidas com o trabalho doméstico no Brasil e número relevante de mulheres que se

encontram em atividades não remuneradas ou simplesmente fora do mercado de trabalho. O espectro de análise que se abre a partir das contribuições da economia feminista é muito amplo e praticamente abrange todas as áreas de estudo da economia.

### **Considerações finais**

Nosso objetivo foi demonstrar que o paradigma dominante não reconhece a existência de relações de poder sociais e econômicas entre classes, raças e sexos. Reduzir a teoria às escolhas individuais tem implicações particularmente significativas na formulação de um padrão teórico para explicar as relações humanas no interior das relações familiares e nas relações com a sociedade e, ao não distinguir as diversidades existentes, reduz os indivíduos ao modelo de um homem branco.

Nas relações no interior das famílias busca enquadrar a teoria ao conceito da nova economia doméstica, que trata as decisões das mulheres em participar ou não do mercado de trabalho como simples escolhas maximizadoras de resultados, desprezando as relações sociais de sexo que se configuram no interior das famílias e da sociedade pela interação entre produção econômica e reprodução social determinante na sustentação desse sistema econômico e social. Portanto, esses modelos que se formam no interior da teoria não são capazes de explicar a posição inferior das mulheres em várias sociedades. Quais as justificativas para que a metade da humanidade siga sendo tão discriminada por meio de salários menores e segregadas em ocupações carregadas de estereótipos?

A partir do questionamento a estes pressupostos buscou-se demonstrar como as economistas feministas desenvolveram uma crítica aos métodos da economia predominante e revelar as imbricações de sexo, classe e raça como constituinte de uma sociedade profundamente desigual. Uma outra contribuição está relacionada a inclusão do trabalho doméstico não remunerado nos modelos econômicos e nas medidas de políticas públicas. Contribuição fundamental na busca de modelos alternativos é a análise marxista de classe que forneceu às feministas algumas das ferramentas conceituais necessárias para compreender a exploração econômica e opressão das mulheres e as relações de subordinação que se formam e compõem um único sistema.

Para nosso objeto de análise é essencial compreender as interações que se constituem entre os sistemas econômicos e de reprodução social na manutenção da discriminação e exclusão das mulheres do mundo produtivo em um sistema — uma vez que as políticas de ajuste estrutural de cunho neoliberal vem reduzindo de forma continua as políticas públicas

dos Estados — que necessita cada vez mais do enorme volume de trabalho gratuito realizado pelas mulheres no âmbito do trabalho doméstico que envolve cuidados, afeto, bem estar e suporte emocional.

### Referências bibliográficas

CARRASCO, Cristina. La economía feminista: Una apuesta por otra economía. In: VARA, Maria Jesús (coord.). Estudios sobre género y economía, Madrid: Ed. Akal, 2006.

\_\_\_\_\_. La sostenibilidad de la vida humana: ¿un asunto de mujeres? Barcelona: Revista Mientras Tanto, n. 82. Icaria Editorial, 2001.

COHEN, Marjorie. The problem of studying "Economic Man", in: Angela Miles and Geraldine Finn (eds) feminism in Canada, from Pressure to politics, Montreal: black Rose books, 1982

FERBER, Marianne & NELSON, Julie. Beyond Economic Man: A feminist theory and Economics. Chicago: University of Chicago Press, 1993. Edição em espanhol: FERBER, Marianne. A. & NELSON, Julie, A. Más allá del hombre económico. Economía y teoría feminista. 1ª ed. Valencia, Espanha: Ediciones Cátedra. Universitat de València. Instituto de la Mujer. 2004

HIMMELWEIT, S. "The Discovery of "Unpaid Work": The Social Consequences of the Expansion of "Work". Feminist Economics, 1(2). 1995

HIRATA, Helena. Feminismos materialistas e teorias da interseccionalidade: algumas controvérsias. 2017 (mimeo, em elaboração)

JURUÁ, Ceci. O vazio na economia: o deserto e as miragens. Trabalho apresentado ao círculo

KERGOAT, Danièle . Divisão Sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise; LE DOARÉ, Hélène (org). Dicionário Crítico do Feminismo. São Paulo: Editora UNESP, 2009. p. 67-80.

KERGOAT, Danièle. Compreender as lutas das mulheres por sua emancipação pessoal e coletiva. In: MORENO, Renata (org.). Feminismo, economia e política: debates para a construção da igualdade e autonomia das mulheres. São Paulo: SOF Sempre Viva, 2014

OROZCO Pérez, Amaia O. Economía del género y economía feminista. ¿Conciliación o ruptura. Revista Venezolana de Estudios de la Mujer. Caracas. Enero-Junho 2005, Vol.10, n. 24

POWER, Marilyn. Social Provisioning as a Starting Point for Feminist Economics en Feminist Economics vol. 10 N° 3, pp. 3-19. 2004

SEN, Amartya. Sobre ética y economía. Versión de Ángeles Conde. El libro Universitario Alianza Editorial, 1999

ULLOA, Maria. Mesa de trabajo. Teoría y principios de la economía feminista. In: Mujeres y Economía Colombia. Agosto, 2000.

**Marilane Teixeira** é economista, professora e pesquisadora do Cesit/Unicamp, membro da Rede Brasileira de Economia Feminista e militante feminista da Marcha Mundial das Mulheres.